

Demonstrações Financeiras

Calango 6 Energia Renovável S.A.

31 de dezembro de 2015
com Relatório dos Auditores Independentes sobre as
Demonstrações Financeiras

Calango 6 Energia Renovável S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	1
Relatório de administração	3

Demonstrações financeiras auditadas

Balanço patrimonial	6
Demonstração de resultado	7
Demonstração de resultado abrangente.....	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	9
Demonstração do fluxo de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



Centro Empresarial PB 370
Praia de Botafogo, 370
5º ao 8º andares - Botafogo
22250-040 - Rio de Janeiro, RJ, Brasil
Tel: (5521) 3263-7000
Fax: (5521) 3263-7003
ey.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e aos Acionistas da
Calango 6 Energia Renovável S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras da Calango 6 Energia Renovável S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Calango 6 Energia Renovável S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Rio de Janeiro (RJ), 03 de março de 2016

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S
CRC 2SP 015199/F-6

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Shirley Nara S. Silva', is written over the printed name.

Shirley Nara S. Silva
Contadora CRC-1BA022650/O-0

CALANGO 6

Relatório de Administração – 2015

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

Ao apresentar os resultados de 2015, a Calango 6 S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética. Vamos em busca de novas conquistas em 2016, com a certeza de contribuir para o desenvolvimento do Brasil.

1. BREVE HISTÓRICO DA COMPANHIA

A empresa Calango 6 Energia Renovável S.A. é uma sociedade de propósito específico (SPE) cuja totalidade das ações pertence a empresa Força Eólica do Brasil S.A., uma *joint venture* entre a Neoenergia (50%) e a Iberdrola (50%). Calango 6 Energia Renovável S.A. é proprietária do projeto eólico Calango 6, produto do 19º Leilão de Energia Nova (A-3) promovido em 2014 pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, localizado nos municípios de Bodó (RN).

Calango 6 recebeu autorização para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, conforme Portaria nº 619 de 18/11/2014, expedida pelo Ministério de Minas de Energia. Esta autorização vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos, contado a partir da publicação da Portaria. Em 09 de março de 2015, o Parque Eólico firmou com 28 distribuidoras do setor de energia elétrica Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR, com vigência até 31 de dezembro de 2036.

2. INVESTIMENTO

Calango 6 conta com a implantação de 15 aerogeradores, totalizando uma capacidade instalada de 30 MW e energia contratada de 18,5 MW médios, com data de entrada em operação comercial programada para 01 de janeiro de 2017, conforme estabelecido nos CCEAR's.

Para cumprimento desta data, em 2015 ocorreram investimentos na elaboração de projetos executivos, estudos ambientais, regularização fundiária, ordem de compra de equipamentos e em dezembro foi iniciada a implantação do canteiro de obras.

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Dados econômicos-financeiros (R\$ mil)	2015
Receita Operacional Bruta	-
Receita Operacional Líquida	-
EBITDA	116
Resultado do Serviço - EBIT	116
Resultado Financeiro	438
Lucro Líquido	437

Informações Patrimoniais (R\$ mil)	dez/15
Ativo Total	142.734
Dívida Bruta	-
Dívida Líquida ¹	(26.290)
Patrimônio Líquido	106.445

Atendendo a Instrução CVM nº 527 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma instrução:

Conciliação do LAJIDA (EBITDA) - R\$ Mil	2015
Lucro Líquido	437
Imposto de Renda e CSLL - Corrente e diferido	117
Amortização e Depreciação	-
Receitas Financeiras	(438)
Despesas Financeiras	-
LAJIDA (EBITDA)	116

4. ENDIVIDAMENTO

A Companhia não possui compromissos de dívida com terceiros ou capital de giro a financiar.

5. AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia declara que mantém contrato com a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("EY"), com vigência de 24 (vinte e quatro) meses, para prestação dos seguintes serviços de auditoria:

Serviço	Valor do Contrato R\$ (milhares)	% Em relação à Auditoria	Prazo (Meses)
Serviços de auditoria	30,4	100,00%	24 meses

Além dos serviços acima citados, não foram contratados quaisquer outros serviços com a E&Y.

A política de atuação do Grupo Neoenergia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

6. AGRADECIMENTOS

Ao reconhecermos que o resultado alcançado é consequência da união e do esforço de nossos colaboradores e do apoio, empenho, incentivo e profissionalismo recebidos dos públicos com os quais nos relacionamos, queremos expressar nossos agradecimentos aos nossos acionistas, aos nossos clientes, fornecedores, aos Governos Municipais, Estaduais e Federal e demais autoridades, às Agências Reguladoras e aos Agentes do Setor.

Calango 6 Energia Renovável S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.604	-
Instrumentos financeiros derivativos	4	24.686	-
Impostos e contribuições a recuperar		51	-
Outros ativos circulantes		292	-
Total do ativo circulante		<u>26.633</u>	<u>-</u>
Não circulante			
Instrumentos financeiros derivativos	4	-	5.107
Investimentos	5	74.908	-
Imobilizado	6	41.193	-
Total do ativo não circulante		<u>116.101</u>	<u>5.107</u>
Total do ativo		<u>142.734</u>	<u>5.107</u>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	7	27.882	-
Impostos e contribuições a recolher		14	-
Total do passivo circulante		<u>27.896</u>	<u>-</u>
Não circulante			
Impostos e contribuições sociais diferidos	8	8.393	1.736
Total do passivo não circulante		<u>8.393</u>	<u>1.736</u>
Patrimônio Líquido			
Capital social	9	9.235	-
Reservas de capital		36.045	-
Reservas de lucro		437	-
Outros resultados abrangentes		60.728	3.371
Total do patrimônio líquido		<u>106.445</u>	<u>3.371</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>142.734</u>	<u>5.107</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Calango 6 Energia Renovável S.A.

Demonstração do resultado
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	<u>Notas</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Despesas gerais e administrativas	10	(26)	-
Resultado de participações societárias			
Equivalência patrimonial	5	142	-
		<u>116</u>	<u>-</u>
Receitas financeiras	11	438	-
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		554	-
Imposto de renda e contribuição social	12	(117)	-
Lucro líquido do exercício		<u>437</u>	<u>-</u>
Lucro por ação do capital social – R\$		0,00	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Calango 6 Energia Renovável S.A.

Demonstração do resultado abrangente
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Lucro líquido do exercício	437	-
Resultado abrangente no patrimônio líquido (Nota 4)	57.357	3.371
Total do resultado abrangente	<u>57.794</u>	<u>3.371</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Calango 6 Energia Renovável S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	Reservas de lucros						Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva para investimentos	Reserva especial de dividendos não distribuídos	Outros resultados abrangentes		
Saldos em 31 de dezembro de 2013	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes								
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	3.371	-	3.371
Saldos em 31 de dezembro de 2014	-	-	-	-	-	3.371	-	3.371
Outros resultados abrangentes								
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	57.357	-	57.357
Aumento de capital	9.235	36.045	-	-	-	-	-	45.280
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	437	437
Destinações:								
Reserva legal	-	-	22	-	-	-	(22)	-
Reserva especial de dividendos não distribuídos	-	-	-	-	104	-	(104)	-
Reserva para investimentos	-	-	-	311	-	-	(311)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	9.235	36.045	22	311	104	60.728	-	106.445

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Calango 6 Energia Renovável S.A.

Demonstração do fluxo de caixa
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos impostos	554	-
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Equivalência patrimonial	(143)	-
	<u>411</u>	<u>-</u>
Aumento dos ativos operacionais		
IR e CSLL a Recuperar	(80)	-
Despesas pagas antecipadamente	(293)	-
	<u>(373)</u>	<u>-</u>
Aumento dos passivos operacionais		
Fornecedores	27.882	-
Imposto de renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) pagos	(86)	-
Impostos e Contribuições a recolher, exceto IR e CSLL	12	-
	<u>27.808</u>	<u>-</u>
Caixa (oriundo nas) das atividades operacionais	<u>27.846</u>	<u>-</u>
Atividades de investimento		
Integralização de capital	(25.099)	-
Aquisição de imobilizado	(41.193)	-
Utilização de caixa em atividades de investimento	<u>(66.292)</u>	<u>-</u>
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	40.050	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	<u>40.050</u>	<u>-</u>
Aumento (redução) no caixa e equivalente de caixa	<u>1.604</u>	<u>-</u>
Caixa e equivalentes no início do exercício	-	-
Caixa e equivalentes no final do exercício	1.604	-
Varição líquida de caixa	<u>1.604</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Calango 6 Energia Renovável S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

1. Informações gerais

A Calango 6 Energia Renovável S.A. (“Calango 6” ou “Companhia”), originalmente denominada Cambará do Sul RJ Participações S.A., é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 02 de dezembro de 2013. Em 23 de junho de 2014, os acionistas aprovaram a alteração do controle da Companhia, passando a mesma a ser controlada integralmente pela Força Eólica do Brasil S.A. e do Estatuto Social para modificação da razão social e do objeto social que passou a contemplar a participação em outras sociedades como sócia quotista ou acionista; prospecção de novos negócios na área de geração de energia elétrica e atuação no mercado de geração de energia elétrica.

A Calango 6 está autorizada a operar como produtora independente de energia elétrica pelo prazo de 35 anos, contados a partir de novembro de 2014 e, é proprietária do projeto eólico Calango 6, localizado no município de Bodó, Rio Grande do Norte que conta com 15 (quinze) aerogeradores em fase de construção, com capacidade instalada de 30 MW e energia contratada de 18,5 MW médios.

Conforme mencionado na Nota 5, em 19 de março de 2015, a Força Eólica do Brasil S.A., integralizou capital na Companhia através da transferência de 100% das ações detidas nas companhias Santana 1 Energia Renovável S.A. e Santana 2 Energia Renovável S.A..

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração destas demonstrações financeiras em 03 de março de 2016, as quais estão expressas em milhares de reais, exceto quando indicado o contrário.

2. Resumo das principais políticas contábeis

Conforme descrito na Nota 5, a Companhia detêm 100% de participação nas controladas Santana 1 Energia Renovável S.A. e Santana 2 Energia Renovável S.A., porém conforme facultado pelo item 10 do CPC 36 – Demonstrações Consolidadas a mesma está dispensada da apresentação de demonstrações contábeis consolidadas por ser uma controlada integral da Força Eólica do Brasil S.A. que apresenta suas demonstrações financeiras consolidadas.

2.1. Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando o contrário estiver disposto em nota explicativa.

Calango 6 Energia Renovável S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração. Áreas consideradas significativas e que requerem maior nível de julgamento e estão sujeitas a estimativas incluem: perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros; provisões para créditos de liquidação duvidosa, para riscos trabalhistas, tributários e cíveis e para desmobilização de ativos.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados, aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

2.3 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias:

a) Ativos financeiros

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.
- Empréstimos e recebíveis: são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, menos perda por redução ao valor recuperável.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar.

2.4 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

As alíquotas aplicáveis do imposto de renda e da contribuição social ("IR e CS") são de 25% e 9%, respectivamente.

Calango 6 Energia Renovável S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

2.5 Normas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

IFRS 9 Instrumentos Financeiros (Vigência a partir de 01/01/2018)	Tem o objetivo, em última instância, de substituir a IAS 39. As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros em: custo amortizado e valor justo; e (iv) o conceito de derivativos embutidos foi extinto.
IFRS 15 Receitas de contratos com clientes (Vigência a partir de 01/01/2018)	A nova norma para receitas substituirá todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo as IFRS. Adoção retrospectiva integral ou adoção retrospectiva modificada é exigida para períodos anuais iniciados a partir de 1 de janeiro 2018, sendo permitida adoção antecipada. O objetivo é fornecer princípios claros para o reconhecimento da receita e simplificar o processo de elaboração das demonstrações contábeis.
IFRS 16 Arrendamento (vigência a partir de 01/01/2019)	A nova norma estabelece os princípios, tanto para o cliente (o locatário) e o fornecedor (locador), sobre o fornecimento de informações relevantes acerca das locações de maneira que seja demonstrado nas demonstrações financeiras, de forma clara, as operações de arrendamento mercantil. Para atingir esse objetivo, o locatário é obrigado a reconhecer os ativos e passivos resultantes de um contrato de arrendamento.
Alteração IAS 16 e IAS 38 Esclarecimentos de Métodos aceitáveis de depreciação e amortização (Vigência a partir de 01/01/2016.)	Método de depreciação e amortização deve ser baseado nos benefícios econômicos consumidos por meio do uso do ativo.
Alteração IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 Entidade de investimento - exceções a regra de consolidação (Vigência a partir de 01/01/2016.)	As alterações no IFRS 10 esclarecem que a isenção da apresentação de demonstrações financeiras consolidadas se aplica à controladora que é uma subsidiária de uma entidade de investimento, quando a entidade de investimento mensura todas as suas subsidiárias ao valor justo. Dentre outros esclarecimentos, fica estabelecido que a entidade que não é de investimento poderá manter, na aplicação da equivalência patrimonial, a mensuração do valor justo por meio do resultado utilizada pelos seus investimentos.
IAS 19 Benefícios a Empregados (Vigência a partir de 01/01/2016)	Essa norma esclarece que a profundidade do mercado de títulos privados em diferentes países é avaliada com base na moeda em que é denominada a obrigação, em vez de no país em que está localizada a obrigação. Quando não existe mercado profundo para títulos privados de alta qualidade nessa moeda, devem ser usadas taxas de títulos públicos. Essa alteração deve ser aplicada retrospectivamente.
IFRS 5 Ativos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas (Vigência a partir de 01/01/2016)	Esclarece as circunstâncias em que uma entidade mudar um dos seus métodos de alienação para outro não seria considerado um novo plano de alienação, mais sim uma continuação do plano original. Sendo que a entidade reclassifica ativos mantidos para venda para ativos mantidos para distribuição a titulares (e vice-versa) e os casos em que ativos mantidos para distribuição a titulares não atendem mais o critério para manterem esta classificação.
IFRS 7 Instrumentos financeiros: Divulgações	Contratos de serviços geralmente atende a definição de envolvimento contínuo em ativo financeiro transferido para fins de divulgação. A confirmação de envolvimento contínuo em ativo financeiro transferido deve ser feita se suas características atenderem as definições descritas na norma (parágrafos B30 e 42C).

Calango 6 Energia Renovável S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

Alteração IAS 1 Iniciativa de divulgação (Vigência a partir de 01/01/2016)	Tem o objetivo de esclarecer : (i) as exigências de materialidade; (ii) itens de linhas específicas nas demonstrações do resultado e de outros resultados abrangentes e no balanço patrimonial podem ser desagregados; (iii) flexibilidade quanto à ordem em que apresentam as notas às demonstrações financeiras; (iv) parcela de outros resultados abrangentes de associadas e empreendimentos controlados em conjunto contabilizada utilizando o método patrimonial.
--	---

A administração está avaliando o impacto total da adoção das normas e interpretações descritas acima.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Caixa e depósitos bancários à vista	38	-
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Fundos de investimento	<u>1.566</u>	<u>-</u>
	<u>1.604</u>	<u>-</u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

A carteira de aplicações financeiras é constituída, principalmente, por Fundos de Investimentos restritos, (participação somente das empresas do Grupo Neoenergia).

4. Instrumentos financeiros derivativos

Agente Financeiro	Tipo de aplicação	Vencimento	Indexador	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Banco HSBC	NDF	16/07/16	USD/BRL	18.259	4.317
Banco HSBC	NDF	16/07/16	EUR/BRL	6.427	790
Total				<u>24.686</u>	<u>5.107</u>
Circulante				24.686	-
Não circulante				-	5.107

Em razão de possuir contratos com fornecedor com parcelas indexadas ao dólar norte americano e ao euro, a Companhia contratou operações de derivativos como forma de proteção do seu fluxo de caixa futuro. Essas operações estão representadas por contratos a termo (NDF - non deliverable forward) contratados em julho de 2014, sendo um deles em dólar (US\$ 12.786 mil) e o outro em euro (EUR 7.252 mil) junto ao Banco HSBC com vencimento em julho de 2016. Os valores justos das operações de derivativos são calculados projetando os fluxos futuros das operações tendo como referência as taxas dos respectivos contratos, e trazendo esses fluxos a valor presente utilizando as taxas de mercado baseadas em cotações da BM&F.

A Companhia utilizou a contabilização de hedge (hedge accounting) para estes instrumentos

Calango 6 Energia Renovável S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

financeiros derivativos, de forma que os ganhos e perdas do instrumento de hedge que foram considerados efetivos são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, especificamente na conta de ajuste de avaliação patrimonial. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 essas operações geraram um ganho acumulado de R\$ 24.686 (2014 – R\$ 5.107).

5. Investimentos

Em 19 de março de 2015, a controladora Força Eólica do Brasil S.A. integralizou capital na Companhia através da transferência de 100% das ações das controladas Santana 1 Energia Renovável S.A. e Santana 2 Energia Renovável S.A., que totalizaram R\$ 5.230 (nota 9). Essa transferência foi efetuada com base em laudo de avaliação do valor patrimonial contábil emitido por empresa especializada independente na data base 28 de fevereiro de 2015.

A seguir apresentamos as informações sobre as investidas na data base 31 de dezembro de 2015:

	Santana 1	Santana 2
Percentual de participação (%)	100%	100%
Ativo circulante	24.789	19.807
Ativo não circulante	23.287	18.493
Passivo circulante	6.482	4.986
Patrimônio líquido	41.594	33.314
Lucro líquido do exercício/período	60	82

Segue a movimentação do saldo de investimento no exercício de 2015:

	Aumento de capital	Resultado abrangente	Equivalência patrimonial	Total
Santana 1	16.848	24.686	60	41.594
Santana 2	13.483	19.749	82	33.314
Total	30.331	44.435	142	74.908

Calango 6 Energia Renovável S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

6. Imobilizado

O ativo imobilizado está composto da seguinte forma:

Em curso	<u>Total</u>
Imobilizado em andamento (a)	<u>41.193</u>
Total	<u><u>41.193</u></u>

(a) Refere-se aos valores pagos que não são diretamente alocados a um ativo específico e serão rateados proporcionalmente no fim da construção do parque, estimado para ocorrer em janeiro de 2017.

A movimentação do imobilizado está apresentada a seguir:

	<u>Em curso</u>		<u>Total</u>
	<u>Custo</u>	<u>Valor líquido</u>	
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	-	-
Adições	<u>41.193</u>	<u>41.193</u>	<u>41.193</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u><u>41.193</u></u>	<u><u>41.193</u></u>	<u><u>41.193</u></u>

7. Fornecedores

A composição do saldo em 31 de dezembro de 2015 é como segue:

Fornecedores	<u>2015</u>
Materiais e serviços de terceiros	<u>27.882</u>
Total	<u><u>27.882</u></u>

O grupo de materiais e serviços é composto principalmente por fornecedores de itens relacionados a construção do parque eólico.

Calango 6 Energia Renovável S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

8. Impostos e contribuições sociais diferidos

	2015		2014	
	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido
Imposto de renda				
Diferenças temporárias	(24.686)	(6.171)	(5.107)	(1.276)
	<u>(24.686)</u>	<u>(6.171)</u>	<u>(5.107)</u>	<u>(1.276)</u>
Contribuição Social				
Diferenças temporárias	(24.686)	(2.222)	(5.107)	(460)
	<u>(24.686)</u>	<u>(2.222)</u>	<u>(5.107)</u>	<u>(460)</u>
Total		<u><u>(8.393)</u></u>		<u><u>(1.736)</u></u>

O saldo da conta refere-se ao efeito fiscal sobre as variações de NDF's mencionado na Nota 4.

9. Patrimônio Líquido

Capital social

Em 19 de março de 2015 a acionista, Força Eólica do Brasil S.A. aprovou o aumento de capital da Companhia em R\$ 166.122, mediante a emissão e subscrição de 166.122.302 (cento e sessenta e seis milhões, cento e vinte e dois mil, trezentas e duas) ações, totalizando o novo capital subscrito em R\$ 166.122, cujo prazo de integralização será efetuada até dezembro de 2019.

Nesta mesma data, a controladora integralizou R\$ 5.230 através da transferência de 100% das ações das companhias Santana 1 Energia Renovável S.A. e Santana 2 Energia Renovável S.A. e R\$ 40.050 em espécie, tendo sido destinado R\$ 4.005 ao capital social e R\$ 36.045 a reserva de capital – ágio na subscrição de ações. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2015, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 166.122 e o capital integralizado é de R\$ 9.235, composto por 9.235.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, detidas integralmente pela Força Eólica do Brasil S.A..

Reserva legal

A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

Reserva de capital

Refere-se à contribuição feita pelo subscritor da ação que ultrapassa o valor nominal da mesma, desta forma, o valor excedente deve ser considerado como reserva de capital.

Calango 6 Energia Renovável S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

Reserva especial de dividendos não distribuídos

De acordo com o parágrafo 5º do art. 202 da Lei nº 6.404/76, a Administração da Companhia está propondo “ad referendum” a Assembleia dos Acionistas a constituição de reserva especial de dividendos não distribuídos correspondentes ao montante dos dividendos mínimos obrigatórios apurados no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 no montante de R\$ 104, por serem os mesmos incompatíveis com a situação financeira da Companhia.

Os valores correspondentes a essa reserva deverão ser pagos assim que a situação da Companhia financeira permitir, desde que não tenham sido absorvidos por prejuízos dos exercícios seguintes.

Reserva para investimentos

Conforme previsto no Estatuto Social da Companhia, a Administração está propondo à Assembleia de acionistas a retenção de parcela dos lucros para constituição de reserva para investimentos no montante de R\$ 311, em 31 de dezembro de 2015, composta pelo saldo do lucro líquido do exercício após a constituição de reserva legal e distribuição de lucros. Essa reserva será destinada a financiar a expansão das atividades da Companhia e/ou a criação de novos empreendimentos.

10. Custos e despesas operacionais

	<u>2015</u>
Despesas	Despesas gerais e administrativas
Serviços de terceiros	(23)
Tributos	(3)
Total despesas	<u>(26)</u>

11. Resultado financeiro

	Ref.	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Receita Financeira			
Renda de aplicações financeiras	(a)	450	-
(-) Pis e Cofins s/ receita financeira		(12)	-
Total		<u>438</u>	<u>-</u>

(a) Receita proveniente da aplicação no fundo de investimento conforme mencionado na Nota 3.

Calango 6 Energia Renovável S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

12. Imposto de renda e contribuição social

	2015		2014	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	554	554	-	-
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	139	50	-	-
(-) Exclusões				
Equivalência patrimonial	(36)	(13)	-	-
Outras exclusões	(23)	-	-	-
	(59)	(13)	-	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	80	37	-	-
Corrente	80	37	-	-
Recolhidos e Pagos	51	35	-	-
Á pagar	-	2	-	-
Compensados e deduzidos	29	-	-	-
	80	37	-	-

13. Gestão de risco financeiro

Considerações gerais e políticas

A administração dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política Financeira do Grupo Neoenergia que foi aprovada pelo Conselho de Administração da *holding*. Dentre os objetivos dispostos na Política estão: proteção de 100% da dívida em moeda estrangeira, o financiamento dos investimentos da Companhia com Bancos de Fomento, alongamento de prazos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. Além dessa Política a empresa monitora seus riscos através de uma gestão de controles internos que tem como objetivo o monitoramento contínuo das operações contratadas, proporcionando maior controle das operações realizadas pela Companhia.

Com relação às aplicações financeiras, a Companhia segue a Política de Crédito do Grupo Neoenergia que estabelece limites e critérios para avaliação e controle do risco de crédito ao qual a empresa pode estar exposta. De acordo com essa política, a seleção das instituições financeiras considera a reputação das instituições no mercado e as operações são realizadas ou mantidas apenas com emissores que possuem *rating* considerado estável ou muito estável.

Gestão do Capital Social

A Companhia promove a gestão de seu capital através de políticas que estabelecem diretrizes qualitativas aliadas a parâmetros quantitativos que visam a monitorar seu efetivo cumprimento.

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Calango 6 Energia Renovável S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Não houve alterações dos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

Em 31 de dezembro de 2015, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa – são valores considerados como mantidos para negociação e por isso classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado.
- Instrumentos Financeiros Derivativos - NDF (Non Deliverable Forward) – são operações de “hedge” de compra ou venda de moeda estrangeira, em data futura, por paridade predeterminada. A liquidação financeira se dá pela diferença entre esta paridade e a cotação de referência na data do vencimento. A operação tem como finalidade proteger contra oscilações de moeda sobre ativos e/ou passivos em moeda estrangeira.
- Fornecedores – são classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

Valor Justo

O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

	2015		2014	
	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativo financeiros (Circulante / Não circulante)				
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado	26.290	26.290	5.107	5.107
Caixa e equivalentes de caixa	1.604	1.604	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	24.686	24.686	5.107	5.107
Passivo financeiros (Circulante / Não circulante)				
Mensurado pelo custo amortizado	27.882	27.882	-	-
Fornecedores	27.882	27.882	-	-

A Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil.

Para os passivos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado a metodologia utilizada é a de taxas de juros efetiva. Essas operações são bilaterais e não possuem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis as já apresentadas que possam ser parâmetro a determinação de seus valores justos. Dessa forma, a Companhia entende que os valores contábeis refletem o valor justo da operação.

Calango 6 Energia Renovável S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

Os ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo estão, em sua maioria, aplicados em fundos restritos, dessa forma o valor justo está refletido no valor da cota do fundo.

A companhia entende que adotando a metodologia descrita acima reflete o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Hierarquia de Valor Justo

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado, de acordo com o nível de mensuração de cada um, considerando a seguinte classificação, conforme previsto na CPC 40:

Nível 1 – Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos

Nível 2 – *Inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e

Nível 3 – *Inputs* para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

	2015		
	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos			
Ativos financeiros			
Mantidos para negociação			
Caixa e equivalentes de caixa	38	1.566	1.604
Instrumentos financeiros derivativos	-	24.686	24.686

Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

- Riscos de mercado
- ✓ Risco de taxas de juros e índice de preços

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que aumentem as

Calango 6 Energia Renovável S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia, com o objetivo de acompanhar a taxa de juros do mercado refletida no CDI e reduzir sua exposição a taxas prefixadas. Ainda assim, o Grupo monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2015, aplicações financeiras atreladas ao CDI.

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Saldo	Cenário Provável	R\$ Mil	
						Cenário (II)	Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	13,2%	1.566	50	38	25

Para o cálculo dos valores no cenário provável acima, foram projetados os encargos e rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos e as taxas vigentes ao final do período. No cenário II esta projeção foi majorada em 25% e no cenário III em 50% em relação ao cenário provável. Para os rendimentos das aplicações financeiras, os cenários II e III consideram uma redução de 25% e 50%, respectivamente, em relação ao cenário provável.

✓ Risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos no vencimento. Este risco é controlado, através de um planejamento criterioso dos recursos necessários às atividades operacionais e à execução do plano de investimentos, bem como das fontes para obtenção desses recursos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa da empresa, através de projeções de curto e longo prazo, permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

A Política Financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos e desconcentração de vencimentos.

Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na Política de Crédito do Grupo Neoenergia, com o objetivo de preservar a liquidez e mitigar o risco de crédito (atribuído ao *rating* das instituições financeiras). As aplicações da Companhia são concentradas em fundos restritos para as empresas do Grupo, e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

Em 31 de dezembro 2015 a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 1.566 em fundos restritos.

Calango 6 Energia Renovável S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

A tabela abaixo demonstra o valor total dos fluxos de caixa das obrigações da Companhia, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual.

	2015		
	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual total	2016
Passivos financeiros não derivativos:			
Fornecedores	27.882	27.882	27.882

- Riscos operacionais
- ✓ Risco de crédito

O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de converter em caixa seus ativos financeiros.

Para os ativos financeiros classificados como caixa e equivalentes e instrumentos financeiros derivativos a Companhia segue as disposições da Política de Crédito do Grupo que tem como objetivo a mitigação do risco de crédito através da diversificação junto às instituições financeiras, centralizando as aplicações em instituições de primeira linha. As aplicações da Companhia são concentradas em fundos restritos para as empresas do Grupo Neoenergia, e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

A seguir a demonstramos a exposição total de crédito detida em ativos financeiros pela Companhia. Os montantes estão demonstrados em sua integralidade sem considerar nenhum saldo de provisão de redução para recuperabilidade do ativo.

	2015	2014
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	1.604	-
Mantidos até o vencimento		
Instrumentos financeiros derivativos	24.686	5.107

Calango 6 Energia Renovável S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

14. Compromissos

A Companhia possui contrato para execução de obras civis e para a fabricação, testes, envio, transporte, entrega em obra, descarga, montagem e funcionamento dos aerogeradores em regime de empreitada integral junto a GAMESA EÓLICA DO BRASIL LTDA e instalações e engenharia civil dos parques eólicos junto a IBERDROLA CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA.

A Companhia possui também contratos com diversos arrendantes para entrega de área determinada com o objetivo de implantação de geradores eólicos.

Os compromissos relacionados a contratos de longo são como segue (*):

	Vigência	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Após 2021	Total
Calango 6									
GAMESA	2016 a 2017	95.809	13.565	-	-	-	-	-	109.374
IBERDROLA CONSTRUÇÃO	2016 a 2017	33.210	408	-	-	-	-	-	33.618
Arrendamentos	2016 a 2036	114	414	437	460	484	509	11.734	14.153

(*) não auditado.